DECRETO JUDICIÁRIO Nº 245, 25 de Setembro de 2009.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO 2º QUADRIMESTRE DE 2009

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre de 2009, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de Setembro de 2009.

DESª. SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009
ANEXO I

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	989.873	-
Pessoal Ativo	989.873	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	108.199	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.070	-
Decorrentes de Decisão Judicial	80.791	-
Despesas de Exercícios Anteriores	26.338	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	881.674	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	881.674	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.717.147
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V)*100	5,99	-
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II e III, ART. 20 DA LRF) - <6%>		883.029
LIMITE PRUDENCIAL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF) - <5,7%>		838.877

FONTE: SICOP/SEFAZ/SAF/DICOP/PIRAJ

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:

- a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOUE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.63 DA LEI 4320/64;
b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART.35, INCISO II DA LEI 4320/64.

NOTA 2: ESTÁ SENDO CONSIDERADO COMO DESPESAS NÃO COMPUTADAS O VALOR DE R\$2.699.973,25, SENDO R\$ 966.155,27 A TÍTULO DE DESPESAS COM INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E R\$1.733.817,98 A TÍTULO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, EMPENHADOS INDEVIDAMENTE NO ELEMENTO 11.

NOTA 3: NÃO ESTÁ SENDO CONSIDERADO COMO DESPESA COM PESSOAL O VALOR DE R\$722.740,20 REFERENTE A DESPESAS COM MUDANÇAS EM OBJETO DE SERVIÇO E GASTOS COM O USO DE VEÍCULOS EM VIAGENS, A SER RECLASSIFICADO EM ELEMENTO MAIS ESPECÍFICO.

ANTÔNIO MAIA DIAMANTINO
DIRETOR-SUPERINTENDENTE, EM EXERCÍCIO

LEONICE SANTOS SALGADO
GERENTE FINANCEIRO E DE ARRECAÇÃO

MAURÍCIO DE OLIVEIRA E SILVA
CONTROLADOR-CHEFE